



Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 22 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em dezesseis de agosto do ano de dois mil e treze, na Sala de Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis – SC.

1 Às catorze horas e vinte e sete minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e treze, na Sala de
2 Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, reuniu-se o
3 Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC em Sessão
4 Ordinária número vinte e dois. Presentes os senhores Conselheiros Estaduais Arquitetos e
5 Urbanistas **MARCOS ALEXANDRE JOBIM, JORGE RAINESKI, ADEMIR BOGONI, SÔNIA SUZETE**
6 **ROESE, FÁRIDA MIRANY DE MIRA, CEZAR FRANCISCO CIARINI e ANDRÉ LUIZ SERAFIM**, o
7 suplente de conselheiro **SÉRGIO OLIVA**, o suplente de Conselheiro Federal **NELSON SARAIVA**, o
8 Presidente do IAB/SC **RAEL BELLI**, o arquiteto **LEONARDO HENRIQUE DANTAS**, os empregados
9 do CAU/SC, o Assessor Especial **JOÃO EDMUNDO BOHN NETO**, o Diretor Geral **MÁRCIO**
10 **BITTENCOURT**, os Advogados **GUSTAVO SOUZA SANTOS e CHARLES JACOB PERGORARO**
11 **KERBER**, a Secretária **TATIANA MOREIRA FERES DE MELO**, a Assistente de Comissões
12 **ELIZIANE GALLIANI**, as estagiárias **GRAZIANE STRABELLI e MARINA DAMS DE SOUZA** e a
13 Assessora de Imprensa **ANDRESSA DREHER**. Ressalta-se a ausência justificada dos Conselheiros
14 **GIOVANI BONETTI e DÉCIO GOMES GÓES**. Após a verificação e constatação da existência de
15 quórum, o Presidente do CAU/SC, Arquiteto e Urbanista **RONALDO DE LIMA**, agradeceu a
16 presença de todos, e lembrou os presentes de silenciar os celulares e de se identificar antes de
17 qualquer contribuição. Em seguida apresentou a pauta da reunião que foi aprovada por
18 unanimidade, com a inclusão do item c) Aprovação dos balancetes dos meses de janeiro à abril de
19 dois mil e treze, para apresentação e votação. No item 1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO
20 PLENÁRIA DO DIA DOZE DE JULHO, a ata foi colocada em discussão e, sem contestações, foi
21 aprovada com a abstenção do Conselheiro Sérgio Oliva, por não ter participado da reunião. O
22 Conselheiro solicitou que fossem enviadas as atas das reuniões das comissões, juntamente da ata
23 das plenárias, para que conselheiros e suplentes possam acompanhar os trabalhos e discussões.
24 No item 2. CORRESPONDÊNCIAS EMITIDAS E RECEBIDAS, o Presidente avisou que a relação de
25 correspondências havia sido enviada e que qualquer questionamento deveria ser encaminhado
26 para a Tatiana. O Conselheiro Raineski solicitou para que lhe fosse enviado os ofícios referente à
27 Resolução Cinquenta e Um, enviado ao CREA/SC e referente à atribuição para SPDA, enviado ao
28 CAU/BR. No item 3. RELATO DO PRESIDENTE, o Presidente citou os eventos que participou no
29 período, enfatizando a reunião com o Presidente da ASBEA/SC, onde foi discutida a busca por
30 convênios para a regularização dos softwares para os profissionais da arquitetura. Relatou a
31 reunião com o Presidente do CREA/SC, onde foi abordada principalmente a publicação da
32 Resolução Cinquenta e Um e o contrato com o plano de saúde, que gerou uma reunião com o
33 Diretor da UNIMED Joinville e o Presidente do CREA/SC, no dia treze de agosto. Nesta reunião o
34 Diretor esclareceu que desde dois mil e nove a Agência Nacional de Saúde determinou que deve
35 existir um administrador entre o contratante e o contratado do convênio, que assim o CAU/SC
36 está impossibilitado de fazer um plano na modalidade de convênio vigente com o CREA/SC e que
37 o contrato prevê que deve existir vínculo do profissional com o CREA/SC para adesão ao plano. Os
38 arquitetos que aderiram no plano antes da criação do CAU, tem sua estabilidade no plano. As
39 adesões após a posse do CAU estão mais vulneráveis, eventualmente podem ser questionadas e os
40 profissionais desligados se houver algum impedimento jurídico. Novas adesões não estão sendo
41 realizadas. O Presidente salientou que a resposta negativa do CREA/SC desencadeou com a
42 Resolução Cinquenta e Um, porém possui todos os embasamentos acima citados. O representante
43 da UNIMED enviou um documento que consta a exigência de um agenciador para o convênio, e
44 explicou que o CAU/SC teria que arcar com o ônus se tivesse a iniciativa de criar um plano de
45 saúde para o Estado, o que é inviável. O Conselheiro Raineski falou que uma entidade
46 intermediária encarece a mensalidade e que o contrato vigente no CREA/SC é com os



47 profissionais, não com o Conselho, lembrando que os profissionais são os mesmos e tem vínculo
48 direto com a UNIMED. O Diretor Márcio colocou que o CREA/SC opera devido a uma liminar, e que
49 quem estabelece a adesão de novos profissionais é o próprio CREA. O Conselheiro Raineski
50 solicitou análise jurídica deste contrato e contato direto com o Eduardo da UNIMED, para
51 esclarecer a questão. O Conselheiro Jobim solicitou que o assunto tivesse um encaminhamento, e
52 que fosse incluído na pauta. O Presidente citou a reunião que aconteceu em Brasília sobre
53 Planejamento Estratégico, dando continuidade aos trabalhos realizados com a empresa
54 SINMETICS, responsável pelo PCCS, onde houve uma oficina, com pesquisa de quatro possíveis
55 cenários futuros para atuação dos CAUs, e a partir disso será construída a missão e visão do
56 Conselho de Arquitetura do Brasil, que em seguida deve ser detalhado nas especificidades de cada
57 estado. Para a continuidade dos encontros referente ao Planejamento Estratégico, o Presidente
58 solicitou que a Comissão de Conta e Atos Administrativos indicasse um representante, para que os
59 trabalhos não estejam centralizados na presidência. Relatou a audiência com o Ministério Público
60 do Trabalho, ocorrida a partir de uma denúncia a respeito das contratações realizadas em dois mil
61 e doze. O advogado Gustavo explicou que o Promotor estabeleceu um prazo para a juntada do
62 PCCS do CAU/SC e designou nova audiência para assinatura do Termo de Ajuste de Conduta. No
63 item 4.RELATO DOS DIRETORES, a Diretora Administrativa, Conselheira Sônia informou que havia
64 enviado o Relatório Administrativo para todos e iniciou seu detalhamento explicando que, após
65 aprovação plenária, onze funcionários ampliaram sua carga horária de seis para oito horas.
66 Relatou que houve a contratação de mais uma arquiteta fiscal, um advogado e uma estagiária.
67 Informou período de férias de três funcionários (Fernanda, João e Suellen) e a mudança de cargo
68 da funcionária Tatiana. Explicou que os contratos se mantêm sem alterações, apenas o contrato da
69 Neo Labor que extinguiu, devido ao termino de seu prazo. Com relação ao PCCS, citou a descrição
70 dos cargos de Ouvidor e Assessor Jurídico, explicou que está sendo estudada a criação dos cargos
71 de Analista Administrativo e Analista Financeiro e citou a possibilidade de exclusão dos cargos
72 terceirizados do PCCS. Relatou que foi atualizado na Planilha Salarial o piso do Arquiteto e
73 Urbanista com a carga horária de oito horas, e que o nome do cargo Advogado foi alterado para
74 Analista Jurídico. Explicou que foram levantados alguns itens com base na Portaria apresentada
75 na Delegacia Regional do Trabalho: o PCCS não tem critério de desempate, uma vez que não limita
76 o número de funcionários que podem ascender; foi sugerida a promoção horizontal por
77 antiguidade; e foi destacado que o funcionário não tem direito a progressões após atingir o nível
78 máximo. A Diretora questionou sobre o estágio probatório e o Advogado Gustavo explicou que
79 este é regulamentado pela Constituição. Referente às licitações, explicou que dia dezoito de
80 agosto irá abrir licitação para empresas de serviços terceirizados e que será aberta licitação para
81 locação de veículos e motoristas. Relatou a aquisição de uma central telefônica que comporte as
82 necessidades do CAU/SC. Explicou que está sendo estudada a contratação de uma empresa para
83 gestão documental e que está em revisão a Instrução Normativa que orienta os processos de
84 compras diretas. No relato da diretoria financeira, o Conselheiro Bogoni apresentou o relatório
85 financeiro, relatando que a receita total no mês de julho foi de trezentos e vinte e oito mil
86 aproximadamente, alcançando uma receita acumulada de dois milhões, oitocentos e setenta e
87 cinco mil, seiscentos e sete reais e trinta e sete centavos, e detalhou que recebimentos
88 provenientes de anuidades pessoa física e jurídica somaram quarenta e nove mil reais. Destacou
89 que a previsão de receita proveniente de Anuidades Pessoa Física e Jurídica para o ano de dois mil
90 e treze é de um milhão quinhentos e oitenta e oito mil reais, verificando que a receita acumulada
91 até julho deste ano atingiu praticamente oitenta e quatro por cento do total orçado. Citou que as
92 despesas somaram o valor de duzentos e setenta mil, duzentos e vinte e seis reais. Destacou que
93 no mês de julho houve o pagamento da Consultoria para elaboração do PCCS no valor quinze mil e
94 quinhentos reais, do Convênio com o IAB/SC no valor de dez mil reais, e das férias dos
95 funcionários Suelen Goulart, João Edmundo Bohn Neto, Bárbara Prochaska Lemos e Fernanda
96 Maria Pires. Referente aos saldos bancários citou o valor de quatro milhões, oitocentos e trinta e
97 dois mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos em caixa. Passando para o
98 item 5. RELATO DAS COMISSÕES, no relato da Comissão de Contas e Atos Administrativos, o
99 coordenador, Conselheiro André, relatou que na reunião houve a aprovação dos relatórios
100 financeiro e administrativo, sem ressalvas. Relatou que foram aprovadas as alterações no PCCS,



101 citadas no relato da Diretora Administrativa, que será encaminhado para a Delegacia Regional do
102 Trabalho. Foram homologados os balancetes de janeiro até abril de dois mil e treze, que serão
103 apresentados em seguida para homologação plenária. Foi discutida a minuta sobre a função do
104 ouvidor, e o plano de gestão, agora nomeado gerenciamento de processos. Relatou que foi
105 entregue pelo Diretor Geral uma minuta de proposta de fiscalização, que será apresenta no
106 momento da votação. Relatou que foi elaborada uma proposta para patrocínio, que será
107 apresentada para homologação plenária. Quanto ao pedido do Presidente de indicação de um
108 Conselheiro para compor a Comissão de Planejamento Estratégico do CAU/BR, foi indicado o
109 nome do Conselheiro Giovani Bonetti. O Conselheiro André expôs os pontos a serem incluídos na
110 pauta de votação: homologação dos balancetes de Janeiro a Abril do ano de dois mil e treze;
111 homologação da minuta de estruturação da Ouvidoria; homologação da regulamentação do
112 Patrocínio, por meio de Portaria; realização de Reunião Plenária Extraordinária, em data a ser
113 definida, para discussão do Projeto de Estruturação Fiscalização, com a presença de todos os
114 conselheiros (Titulares e Suplente). O Presidente questionou a urgência das inclusões, para que
115 não prejudique o tempo das discussões dos itens propostos em pauta. O Conselheiro Raineski
116 questionou o envolvimento direto da Comissão de Contas e Atos Administrativos, sem a
117 participação da Comissão de Ensino e Exercício Profissional. Salientou sua preocupação quando se
118 trabalha separado, mas disse que toda contribuição é bem vinda, sugerindo um processo dialético
119 mais proveitoso com um trabalho conjunto. O Conselheiro André esclareceu que desde o mês de
120 maio a CCAA encaminhou um pedido para a CEEP para apresentação de um projeto de
121 estruturação da fiscalização e, sem um retorno, conforme encaminhado na última plenária, a
122 Direção Geral trabalhou no projeto, que foi apresentado para a CCAA, que propôs uma reunião
123 com a participação de todos os conselheiros, com a ideia de progredir no assunto. O Conselheiro
124 Oliva explicou que essa ideia surgiu com a tentativa de juntar forças para resolver o início desse
125 projeto, para ver qual formato a fiscalização que o CAU/SC terá, para que todas as comissões
126 trabalhem em um único rumo. O Conselheiro Ciarini questionou esclarecimentos quanto à
127 homologação do patrocínio e a indicação do Conselheiro Giovani Bonetti para a Comissão de
128 Planejamento Estratégico. O Presidente explicou que encaminhou a decisão da indicação para a
129 CCAA para que o membro da Comissão do CAU/BR não seja da diretoria, uma vez que este grupo
130 já estará envolvido com o Planejamento Estratégico. Com relação à reunião com os conselheiros
131 titulares e suplentes, o Presidente lembrou que todos podem participar de todas as plenárias, o
132 impedimento é com relação ao ressarcimento de despesas dos suplentes, estando os titulares em
133 atuação. O Conselheiro Oliva lembrou novamente que quanto maior a presença dos conselheiros,
134 maior será a abrangência no estado e mais complexas serão as discussões. O Conselheiro André
135 lembrou que a revisão dos orçamentos dos Planos de Ação das comissões deveriam ter sido
136 entregues para a CCAA até o dia doze de agosto para encaminhamento ao CAU/BR. O Conselheiro
137 Raineski falou que as comissões deveriam ter sido lembradas pelo corpo técnico do CAU/SC. O
138 Gerente Márcio salientou que foi encaminhado um e-mail lembrando a data final para entrega dos
139 planos e ressaltou que a dotação orçamentária das comissões está definida e podendo ser enviada
140 como está, e que apenas foi sugerido para as comissões que fizessem adequações para
141 acomodação das atividades das comissões no orçamento. O Conselheiro Marcos Jobim reforçou
142 que recebeu o e-mail com o lembrete, mas que poderia ter sido enviado mais próximo do prazo
143 limite. A Conselheira Fátima lembrou que em função da junção da Comissão de Habitação com a de
144 Políticas Urbanas, não foi feita a readequação do orçamento da comissão que ela coordenava. O
145 Conselheiro Bogoni corroborou com a ideia da presença de titulares e suplentes se fizerem
146 presentes na reunião extraordinária para discussão sobre fiscalização. No relato da Comissão de
147 Ensino e Exercício Profissional, o coordenador Conselheiro Raineski relatou que está sendo feita a
148 atualização das coordenações das escolas de arquitetura de Santa Catarina, de acordo com uma
149 demanda advinda da Comissão Nacional de Ensino. Expôs que o Conselheiro Jobim representará o
150 CAU/SC no Seminário Nacional para tratar das questões de ensino pertinentes ao Conselho.
151 Explicou que foram analisados alguns processos, mas informou que existe a necessidade de uma
152 reunião extraordinária para atender as demandas internas que devem passar pela comissão.
153 Relatou que foi discutido o modelo de fiscalização, como e onde ela ocorrerá, buscando uma forma
154 mais quantitativa e qualitativa simultaneamente, reforçando que é um desafio muito grande e que



155 essa discussão deve ser aberta aos profissionais no congresso. No relato da Comissão de Ética e
156 Disciplina, a Conselheira Fárida relatou que foram realizadas as primeiras oitivas do CAU/SC
157 durante reunião extraordinária, onde também foram feitas as análises de processos e a entrevista
158 de seleção do atual advogado do CAU/SC Charles. Citou o contato de um arquiteto que não teve
159 seu processo encaminhado para o CAU/SC pelo CREA/SC. Informou que foi aprovado o Código de
160 Ética e que será homologado na próxima plenária do CAU/BR. Listou os processos que tiveram
161 encaminhamentos. A Conselheira agradeceu os funcionários do Conselhos que estão trabalhando
162 com a comissão. No relato da Comissão Especial de Comunicação, o Conselheiro Jobim relatou que
163 foram reavaliados os planos de ação da comissão, que contemplam os brindes aos formandos,
164 empresa de design gráfico e os planos de mídia televisiva, voltados para a valorização profissional
165 do arquiteto na sociedade. O Conselheiro André relatou a experiência positiva ao entregar um
166 livro ao melhor aluno na formatura em que representou o CAU/SC. No relato da Comissão
167 Especial do Concurso Público, o Conselheiro Oliva falou que foi encaminhado o PCCS para registro
168 na DRT, e que foi decidido que o CAU/SC não irá aderir a proposta do CAU/BR para o concurso,
169 para agilizar e regionalizar o processo. Relatou contato com a ESAG, FEPESE e ACAFE solicitando
170 proposta para organização da prova. Lembrou que os termos de referência do concurso e da
171 contratação da empresa devem ser aprimorados. Salientou que o formato da fiscalização deve ser
172 definido, para estruturar o quadro de pessoal e a oferta de vagas. O Diretor Márcio relatou que a
173 ESAG encaminhou uma proposta, a FEPESE está formulando a sua e a ACAFE não tem
174 disponibilidade. O Conselheiro André lembrou que após o declínio do CAU/SC em fazer o concurso
175 juntamente com o CAU/BR, o CAU/BR encaminhou uma resposta informando da possibilidade de
176 retomar o convênio caso ocorram imprevistos. O Conselheiro Oliva questionou a respeito do
177 quadro de reserva. O Diretor Márcio explicou que existe um período para acionar as vagas
178 oferecidas, que se devem completar, obrigatoriamente, todas as vagas oferecidas, ou mais se
179 necessário, em dois anos, prorrogáveis por mais dois. O Conselheiro Nelson Saraiva relatou que
180 devido aos problemas da relação política do CAU/BR e IAB nacional, e o Seminário 'Quitandinha
181 +50', se distanciou da Comissão de Políticas Urbanas, mas informou que os trabalhos serão
182 retomados. No relato da Comissão Especial do Congresso, o Conselheiro Raineski lembrou que as
183 atividades estão iniciando no dia vinte e quatro na cidade de Lages. Citou os quatro eixos
184 temáticos para formação dos grupos de trabalho no congresso: Ensino e Formação Profissional,
185 Regras para as Eleições do CAU no ano de dois mil e catorze, Valorização da Profissão e
186 Profissional, e Fiscalização. Relatou que está sendo produzido material gráfico que representará o
187 Primeiro Congresso Catarinense de Arquitetos e Urbanistas. Enfatizou que espera participação
188 efetiva dos conselheiros do CAU/SC. O Conselheiro Jobim solicitou esclarecimento com relação à
189 relevância da discussão dos critérios para votação do CAU, diante das diversas temáticas que
190 envolvem arquitetura e urbanismo. O Conselheiro Raineski explicou que as regras utilizadas nas
191 primeiras eleições foram ditadas pelo CONFEA, e que em dois mil e catorze será a primeira eleição
192 conduzida pelo CAU e que essas regras devem ser reconstruídas, com contribuições de todos os
193 profissionais. No relato da Comissão de Patrimônio, o Conselheiro Dantas apresentou um
194 detalhamento com dezesseis justificativas que levaram a comissão a colocar em votação a
195 oportunidade de compra do nono pavimento do Edifício Royal Business Center. O Diretor Márcio
196 apresentou uma análise sobre os valores, receitas e custos. O Conselheiro Ciarini questionou se
197 esse layout comporta a estrutura do Conselho. O Conselheiro Jobim explicou que os funcionários
198 foram mapeados e seis locais de trabalho ficaram livres, além de cinco salas para reunião,
199 comprovando que comporta as necessidades atuais. O Conselheiro Raineski se posicionou contra
200 a compra. Explicou que um assunto dessa grandeza desperta interesse de todos os profissionais,
201 principalmente do IAB/SC. Enfatizou que quando surge uma indagação de alguma entidade, ela
202 deve servir para reflexão. Disse que não possui muita clareza com relação aos números e que seria
203 prudente suspender a ideia da compra neste momento, para que haja maior adesão dos
204 profissionais nesse tipo de decisões. O Conselheiro Dantas explicou entende que faltou informação
205 e que o ofício do IAB/SC foi bem-vindo e já respondido, mas entende que qualquer entidade ou
206 profissional poderia ter solicitado informações e esclarecimentos diretamente para a comissão.
207 Explicou que a compra não era um planejamento da comissão, mas foi uma oportunidade que
208 surgiu, e que foi trazida para a plenária. Disse que é importante uma definição, não um adiamento.



209 O Conselheiro Ciarini explicou que há um projeto de layout de reforma e mobiliário para sede
210 atual, de valor elevado, que seria utilizado neste mesmo pavimento, e que não acredita ser correto
211 realizar esse investimento em um imóvel locado. A Conselheira Sônia disse que acredita que a
212 compra não deveria ter sido votada da forma que foi feita e que a mesma levou a deliberação
213 plenária do CAU/SC que aprova a compra do imóvel, para discussão no IAB/SC, pois conforme o
214 ofício do IAB/SC, tem dúvidas quanto à legalidade da compra. O Presidente explicou que o ofício
215 de resposta do CAU/SC ao IAB/SC, apresenta a fundamentação legal para a compra, justificada em
216 seguida pelo Advogado Gustavo, que confirmou que a aquisição do imóvel pode ser feito por
217 dispensa de licitação. O Presidente do IAB/SC, Rael Belli explicou que o Instituto em momento
218 algum solicitou o cancelamento, e sim a suspensão temporária do processo de compra, para que
219 houvesse, ao menos, um embasamento legal. Reforçou que é papel do Instituto questionar a forma
220 com que o Conselho está direcionando seu andamento. O Conselheiro Oliva disse que a pauta da
221 plenária que aprovou a compra não estava clara, que citou apenas a apresentação de um estudo
222 financeiro, e que o processo de dispensa de licitação é legal, mas exige justificativa e avaliação
223 prévia do imóvel realizada por arquiteto ou engenheiro, questionando se existe um laudo técnico
224 que avalia deste imóvel. A Conselheira Fátima ressaltou que a dispensa de licitação não é
225 automática e que deve ser comprovada e bem justificada a necessidade da compra. O Advogado
226 Gustavo explicou que a dispensa não burla o processo licitatório e que deve ser bem documentada
227 e comprovada. O Conselheiro Jobim disse que reconhece que houve falhas da comissão, que a
228 compra criou um ambiente desagradável no Conselho, assim, se posicionando contrário à compra,
229 mas enfatizou que os funcionários e arquitetos não podem ser prejudicados com a prorrogação da
230 compra e adiamento da reforma. Enfatizou que o CAU/SC deve ter um ambiente digno para os
231 funcionários e profissionais que são atendidos na sede, e que deve ocorrer a homologação da
232 continuidade do processo de reforma. O Presidente encaminhou para votação o cancelamento da
233 compra do nono andar corporativo, aprovado por unanimidade. Conforme solicitação o
234 Presidente encaminhou para votação a continuidade do processo de reforma da sede atual do
235 CAU/SC. O Conselheiro Oliva disse que é um investimento muito alto para um imóvel alugado, que
236 o orçamento pode ser bastante reduzido, que acredita que existem investimentos caros e
237 desnecessários e que a licitação de peças não pode ter as especificações direcionadas,
238 questionando se foi estipulado um teto para investimento na reforma. O Conselheiro Jobim
239 explicou que o escritório responsável fez os orçamentos direto nas lojas, apresentando o maior
240 valor possível de todos os itens. Ressaltou que este não é o orçamento final de projeto executivo, e
241 que deve ser feito através licitação de cada produto. Será feito um projeto executivo, com a
242 descrição de cada item, sem citar marcas. Defendeu o uso de materiais de qualidade, de produtos
243 de designers brasileiros, para que haja uma sede, mesmo que provisória, que tivesse o nível
244 mínimo de uma sede de arquitetos. O Conselheiro Oliva sugeriu que o item fosse retirado da pauta
245 até que a comissão faça os orçamentos adequados. O Presidente explicou o encaminhamento é
246 para que se dê continuidade ao processo de reforma, e que para envolver a administração para
247 desencadear os processos de orçamentação e compras, é necessária a homologação da plenária,
248 para que no momento seguinte os valores sejam aprovados. O Conselheiro Oliva concorda que a
249 reforma deve acontecer, mas acha exagerado o valor apresentado, e defendeu a busca pelos
250 menores valores possíveis para uma instalação provisória do CAU/SC. O Conselheiro Ciarini disse
251 que acha prudente que o projeto continue, que acredita que o layout está adequado, mas que por
252 ser uma sede provisória, não concorda com o valor orçado. O Conselheiro Jobim explicou que
253 estava encarregado de acompanhar os trabalhos deste projeto juntamente ao escritório
254 responsável, mas nessas condições declinará da função, por não concordar em trabalhar em um
255 espaço que não reflita o merecimento mínimo de uma sede de arquitetos. O Conselheiro Oliva
256 sugeriu novamente que o assunto fosse retirado de pauta. O Diretor Márcio lembrou que houve
257 um termo de referência para a contratação do escritório, que executou o serviço, cumpriu com o
258 solicitado, e estando no fim do processo, não é possível alterar o plano de necessidades, as
259 especificações. O Conselheiro Sergio Oliva disse que não é necessária alteração do plano de
260 necessidades, mas que o valor orçado está fora da expectativa de alguns conselheiros. O
261 Conselheiro Bogoni defendeu uma melhor referência de valores. O Conselheiro Jobim lembrou
262 que enquanto não licitar para a compra, para fazer as cotações dos produtos com interesse de



263 compra, não tem como chegar em um orçamento mínimo. O Conselheiro Oliva sugeriu que na
264 próxima plenária fosse apresentado três orçamentos para que se estipule um teto, a partir do
265 valor mínimo, a ser lançado na licitação, e sugeriu que o processo para aquisição dos itens seja
266 realizada através da modalidade concorrência, não tomada de preço. O Conselheiro Ciarini
267 solicitou que fosse revisto o formato das discussões, para maior eficiência de interesses do
268 Conselho, e que o Regimento Interno deve ser revisto para ampliação do tempo das plenárias. O
269 Conselheiro Jobim lembrou que através do menor preço, pode ganhar uma empresa que ofereça
270 um produto muito inferior, de segunda categoria. Lembrou que é necessário bom senso ao querer
271 economizar. O Conselheiro Oliva falou que pode solicitar amostras dos produtos e desclassificar as
272 empresas que não cumprem com a especificação. O Presidente encaminhou para votação a
273 continuidade do processo de licitação, apresentando os orçamentos, com as especificações
274 consideradas adequadas. O Conselheiro Oliva falou que essa aprovação não libera o lançamento
275 de editais de compra. Sem mais manifestações, a continuidade dos trabalhos foi aprovada. O
276 presidente salientou que irá convocar reunião extraordinária de acordo com as necessidades, e
277 nada mais havendo a tratar, o Presidente Ronaldo de Lima desejou um bom retorno a todos e
278 declarou encerrada a Vigésima Segunda Reunião Plenária. Para constar, eu, Tatiana Moreira Feres
279 de Melo, Secretária do CAU/SC, lavrei a presente Ata que será rubricada em todas as suas páginas
280 e, ao final, assinada por mim e pelo Presidente Ronaldo de Lima, para que reproduza os efeitos
281 legais.
282

Ronaldo de Lima
Presidente do CAU/SC

Tatiana M. F. de Melo
Secretária